

A INTERDISCIPLINARIDADE COMO POSTURA CIENTÍFICA E EPISTEMOLÓGICA DIANTE DOS DESAFIOS CONTEMPORANEOS NA FORMAÇÃO DO SER HUMANO NO SÉCULO XXI.

INTERDISCIPLINARITY AS SCIENTIFIC AND EPISTEMOLOGICAL POSTURE FRONT OF CONTEMPORARY CHALLENGES IN THE FORMATION OF THE HUMAN BEING IN THE XXI CENTURY.

Eduardo Gomes de Melo¹

Sandro Luiz Bazzanella²

Walter Marcos Knaesel Birkner³

Resumo: Este artigo é resultante da intensa e constante relação dialógica que perpassa a visão de mundo, as atividades acadêmicas e, as práticas de pesquisa que movem os autores do mesmo. A hipótese que articula o conjunto de idéias deste artigo, parte da premissa que a formação do ser humano, necessária ao enfrentamento dos desafios, das oportunidades, dos paradoxos e, das contradições do século XXI, necessita transcender a especialidade em torno de uma única área do saber e do fazer humano. O intenso avanço científico e tecnológico alcançado na atualidade modifica profundamente os horizontes vitais e conceituais em que se inserem os seres humanos. A realidade objetiva, em torno da qual nos movimentamos apresenta-se cada vez mais multifacetada, híbrida, exigindo múltiplos olhares investigativos em sua análise, interpretação e compreensão. As novas formas de conceber a materialidade interferem diretamente na produção imaterial dos conceitos e das teorias que conformam a visão de mundo e de ser humano de que éramos detentores até então. Sob todas estas perspectivas, faz-se urgente refletir a interdisciplinaridade como postura científica e epistemológica e, suas condições de possibilidade de ampliação dos horizontes cognitivos e interpretativos do ser humano diante dos desafios sociais, políticos, econômicos, culturais, ambientais, científicos e tecnológicos característicos deste início de século.

Palavras-chave: Ser humano; Século XXI; Ciência; Interdisciplinaridade; Epistemologia.

Abstract: This article is the result of intense and constant dialogic relation that runs through world view, academic activities and research practices that move the authors. The hypothesis that articulates these ideas of this article assumes that the formation of human beings need to face the challenges, opportunities, the paradoxes and contradictions of the XXI century, needs to transcend the expertise around a single area of knowledge and human doing. The intense scientific and technological progress achieved in the present modifies profoundly the critical and conceptual horizons in which the human beings live. The objective reality, in which we move around, presents itself increasingly multifaceted, hybrid, requiring multiple looks in his investigative analysis, interpretation and understanding. The new forms of conceiving the materiality have a direct influence on the immaterial production of the concepts and theories that shape the world view and human being that we were holding so far. In all these perspectives, it is urgent to reflect about the interdisciplinary scientific and epistemological stance and its conditions of possibility of expanding the horizons of the human interpretiveness and cognitive in face of

¹ Ms. em Sociologia - UFPR – Professor de Sociologia da Universidade do Contestado. E-mail: eduardogm@unc.br

² Dr. em Ciências Humanas - UFSC – Professor de Filosofia da Universidade do Contestado. E-mail: sandroba@terra.com.br.

³ Dr. em Ciência Política - UNICAMP – Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. E-mail: walter.marcos@pq.cnpq.br

social, political, economic, cultural, environmental, scientific and technological characteristic beginning of this century.

Keywords: Human; Twenty-First Century, Science, Interdisciplinary; Epistemology;

1. Aspectos Introdutórios: O ser humano do século XXI.

Na linha de continuidade da dinâmica civilizatória ocidental os séculos XIX e XX, podem ser considerados, paradoxalmente, a potencialização da racionalidade científica, técnica, econômica, política e cultural, colocada em curso ao longo dos últimos dois mil e quinhentos anos, desde a invenção da razão por Sócrates, Platão e Aristóteles. De forma mais específica, se o século XIX foi marcado pelo otimismo no progresso em todas as áreas do conhecimento e do fazer humano, talvez se possa dizer que o século XX reverbera a crise desta racionalidade progressista e planificadora do fazer humano. O ideal de progresso, presente na metáfora da linha espiral ascendente que, numa constante, eleva a humanidade a uma condição de bem estar e bem viver, não se materializou de forma pacífica e disseminada, como pretendido e anunciado na aurora dos tempos modernos. “Em vez de alcançar a prometida redução do número de problemas que perturbam o controle da vida, a crescente sofisticação das técnicas especializadas redonda na multiplicação de problemas.” (BAUMAN, 1999, p. 226).

Paralelamente, some-se a estes desdobramentos o reverso desta aposta no progresso, ancorado na racionalidade técnico-científica, manifesto nos efeitos colaterais indesejáveis sobre o meio ambiente e sobre a economia. Esta última, em sua instabilidade, é reiteradamente posta a mercê de crises, ameaçando a estabilidade de povos e países, quando não a sobrevivência de milhares de seres humanos ao redor do planeta. O mesmo reverso desencantador da ciência se abate sobre a política e suas elaboradas utopias, que exigiram o consumo de milhões de vidas humanas nos campos de batalha, sobre o fato de que a técnica tenha se transformado em fim em si mesmo. Ou seja, na factibilidade técnica de algo que dispensa sua justificativa ética. Assim, nestes dois últimos séculos da ocidentalidade, alcançamos à condição de sociedades de massas. A administrabilidade desta escala massificada de seres humanos exigiu uma racionalidade científica, técnica e burocrática que controlasse a vida e a morte dos indivíduos e das massas de produtores e consumidores que compuseram e compõem a dinâmica global do mundo em curso neste contexto. Nessa direção, “(...) a ação induzida pelo especialista está fadada a desequilibrar tanto o ambiente sistêmico da ação quanto as relações entre os próprios atores”. (BAUMAN, 1999, p. 227).

Se lançarmos um olhar aos diversos contextos civilizatórios ocidentais em seus momentos de crise e transição, constataremos que a problemática fundamental subjacente a estes processos é antropológica. Nesse contexto, ressurgem perguntas do tipo: Quem é o

homem? Quais as suas condições de possibilidade diante dos desafios que se lhe apresentam? Que perspectivas de mundo se lhe exigem como condição de horizonte, sentido e finalidade existencial? Que concepção temporal, política e, econômica se faz necessária na fundamentação da cosmovisão que se anuncia? Tais indagações tornam-se, assim, indispensáveis como condições de compreensão e projeção do novo que se apresenta no horizonte do humano. O século XXI, no balanço dos avanços e dos percalços do projeto moderno e mais especificamente dos dois últimos séculos, situa-nos no limiar da crise, de necessidade de reafirmar novos fundamentos à condição humana. Enfim, suscita-nos a reapresentar as recorrentes e imprescindíveis perguntas: Quem é e quem serão os homens e mulheres do século XXI? Haverá como estabelecer um perfil comportamental do ser humano, compatível com as aspirações por uma sociedade pacífica e justa, e ao mesmo tempo competitiva, criativa e economicamente desenvolvida? Não obstante, as possibilidades crescentes de atendimento às necessidades biológicas pelo Estado providência estariam a anunciar a morte da política?

Essas indagações são tão norteadoras às ciências humanas, incluindo a filosofia, quanto são às organizações, públicas e privadas da sociedade global, ainda que não despertem o interesse a todos. Isso vale ainda mais a países como o Brasil, pelo que prenunciam analistas sobre as possibilidades de que o País assuma a condição de uma nova potência econômica mundial, líder continental em um Mundo multipolar (BECKER&EGLER, 2010). Se tomarmos como exemplo tão somente alguns periódicos brasileiros ou internacionais sobre assuntos da economia, do meio organizacional, da educação ou das políticas de Estado, então já começaremos a respaldar a justificativa a essas perguntas norteadoras.⁴ “Uma volta à filosofia clássica”, é o que sugerem Cortella & Mussak [2009], reiterado pelo mesmo Eugênio Mussak, consultor e professor, aos administradores das organizações em *Você S/A*, de novembro de 2009. Segue a mesma linha o editor da *The Economist* – Carta Capital, de fevereiro de 2010, quando denuncia no editorial da revista o declínio dos *Master of Business Administration* – MBA, já a partir de 2010, em função do caráter reduzidamente especialista dos cursos desse gênero. Na mesma edição do mencionado periódico, uma matéria sobre os rumos da formação superior para o mundo empresarial sugere que teria sido a falta de formação humanista dos jovens milionários de Wall Street o pano de fundo para entender a causa da maior crise financeira mundial do capitalismo, ocorrida em 2008. E quando um executivo da multinacional brasileira Brasil Foods sugere exatamente o mesmo em artigo de jornal, (*Jornal Correio do Norte*, 12 de fevereiro de 2010, p.17), isso passa a sugerir que uma opinião geral, em vias de universalização, esteja se formando acerca das necessidades de uma reforma do pensamento e

⁴ Exemplos recentes são as revistas *Você S/A*, edição novembro/2009, *The Economist* – licenciada para a Carta Capital, edição fevereiro/2010, *Época-Negócios*, de julho/2010 e *Management*, de set/out/2010. A recente frequência com que pensadores das organizações recorrem às humanidades sugere um movimento de aproximação interdisciplinar, em contraponto crescente à formação unicamente especializada.

da formação profissional.⁵ Nesse rumo, comentaristas sugerem a crise financeira de 2008 como exacerbação das contradições do sistema, de certa forma necessária para que as vozes outrora indistintas passassem agora a ser ouvidas.

Com efeito, são inúmeras e crescentes as manifestações de especialistas do mundo empresarial quanto ao tipo de liderança esperado pelas organizações para o atual século, revelando um approach interpretativo, sugerindo novas necessidades de formação do capital humano das empresas. Será, portanto, necessário perguntar-se sobre os limites atuais e perspectivas futuras do modelo autoritário de liderança organizacional. É natural admitir que muitas organizações estejam sendo administradas por noções de gestão surgidas há muitas décadas, e crescentemente confrontantes com tendências econômicas do século atual, como sugere Gary Hamel, em *O Futuro da administração* [2007]. Ora, essas tendências tem sido impulsionadas por uma importante e forçosa alteração no modo de produção das empresas, revelando, no século XXI, uma configuração bastante distinta do modo hegemônico do século passado, afetando, sobretudo o modo gerencial. No século XX, o foco da economia localizou-se no custo da produção e a base da geração do valor da mercadoria foram os ativos tangíveis, leia-se o capital físico. Nessa condição, o que constituía o valor da mercadoria eram o seu custo mais a margem de lucro. O ponto de partida esteve na produção e, na relação entre quem oferece e quem consome, o controle esteve no agente da produção, determinando as opções do consumidor, dispensando em grande medida a interpretação de suas demandas.

Na economia atual, ao contrário, o foco está no cliente. Na relação com o agente produtivo, agora é o consumidor, relativamente emancipado, quem determina como será o processo produtivo e, portanto, como será a mercadoria. Nesse sentido, entendem os especialistas na análise da produção, a base para a criação de valor não são mais os insumos, mas os ativos intangíveis, leia-se, o capital humano. Pensando isso no nível da gerência, o papel da liderança reside em boa conta na capacidade de identificar e aproveitar a inteligência dos trabalhadores, suas sugestões ao processo produtivo e a confecção da mercadoria, além da capacidade de compreender as escolhas de consumidores livres que por assim dizer, “controlam” agora o processo produtivo. É essa a grande alteração: se antes era a oferta que determinava a demanda, agora, com o poder de um consumidor livre, cujas escolhas precisam ser rapidamente compreendidas, é a demanda dos indivíduos, na condição de consumidores emancipados, que determina a oferta.

Embora seja prudente não forjar apressadamente a aproximação, é, com efeito, tentador sugerir que o movimento emancipatório dos indivíduos consumidores no mercado pode também ser percebido na esfera da política. O alargamento dos direitos políticos nas democracias liberais e as tendências descentralizadoras na esfera do poder, nos processos

⁵ Gilmar Monticelli, diretor de comunicação da Brazil Foods, em artigo no encarte Sala D, do Correio do Norte, de 12 de fevereiro de 2010, p.17.

decisórios e na gestão das organizações privadas e públicas, autoriza tal formulação hipotética. Isso torna ainda mais relevantes as perguntas norteadoras enunciadas aqui. Trata-se da possibilidade de compreender não apenas na ótica econômica, mas também na política, tendências de comportamento dos indivíduos em sociedade e tendências societárias que, afinal, sugeriram interpretações interdisciplinares e ao mesmo tempo mais completas.

Nessa direção, reabre-se, à filosofia e às ciências sociais, o veio interpretativo sobre as expectativas e comportamentos dos seres humanos em sociedade. Naturalmente, isso está relacionado às interrogações norteadoras desta redação. E, a fim de respondê-las analiticamente, será possível indagar antes como se darão os desdobramentos a configurar a sociedade global neste século. E, na falta de melhor ponto de partida, poderíamos perguntar como será caracterizada a economia e o modo de produção do capitalismo. Não sendo a economia e seu modo de produção o único foco, é, todavia dos mais familiares, nos parecendo o melhor ponto de largada para responder àquela pergunta inicial sobre como se comportarão homens e mulheres no século XXI.

Portanto, ao acreditar na eficiência metodológica desse ponto de partida interrogativo, comecemos analisando a característica da organização econômica hegemônica no século XX, para então podermos vislumbrar, não sem alguma pretensão, o horizonte secular que se anuncia. Nessa perspectiva, é importante observar desde já que o modo de produção durante o século XX foi hegemonicamente marcado pela super divisão do trabalho. Em outras palavras, a estrutura ocupacional do modo de produção industrial foi organizada através da especialização das funções, o que de resto não constitui novidade, tendo sido percebido pelos clássicos da sociologia. Emile Durkheim atribuiu a divisão social do trabalho à evolução das formas de organização social, vinculando-a ao conceito de solidariedade orgânica, enquanto Karl Marx a localizou originariamente no próprio modo de produção capitalista. Max Weber, por sua vez, demonstrou a divisão do trabalho em seu estudo sobre a racionalidade burocrática.

Ora, antes de tudo, é necessário admitir que não seria possível compreender o século XX sem considerar a divisão social do trabalho, como também não é crível afirmar que a correlata especialização das funções fosse dispensável na sua forma hegemônica de organização social, seja no trabalho, seja na política, seja na ciência. Afinal de contas, e num contraponto à crítica marxista, pode-se sugerir que ao invés de alienar, a divisão do trabalho social e sua especialização tenham descarregado homens e mulheres. Noutros termos, ao conduzi-los ao desempenho de algumas poucas tarefas, a divisão do trabalho livrou os seres humanos da necessidade de um domínio sobre todo o processo produtivo necessário à sobrevivência familiar, sobrando um tempo livre para a dedicação a outras atividades, inclusive aquelas não relacionadas às meras tarefas sobrevivência. Não menos honesto é admitir que a especialização foi, e continua sendo, absolutamente fundamental à racionalidade produtiva, associada à obsessiva busca ocidental pela descoberta e pela invenção, tendo facilitado a vida humana e

amplificado extraordinariamente o atendimento às mais variadas demandas, biologicamente necessárias ou artificiais.⁶

Não obstante, também na ciência a divisão do trabalho foi e continua sendo imprescindível. Se a especialização do conhecimento é criticada pelo seu caráter de fragmentação e perda de visão do todo – o que é relativo –, é premente reconhecer que essa forma de construção do conhecimento desencarregou pensadores da difícil tarefa de promover grandes especulações sobre a natureza, o homem e o universo. Ao dividir as tarefas, o conhecimento especializado permitiu um aprofundamento nas partes jamais realizado anteriormente. A especialização trouxe volumosas vantagens competitivas aos processos produtivos e elucidou muitas dúvidas nos campos das ciências. Nesse sentido, a compreensão do conhecimento das ciências sociais sem essa grande divisão seria improvável, a começar pelo seu tripé formado pela antropologia, pela ciência política e pela sociologia, acompanhando todas as ramificações daí derivantes em cada um desses vastos campos do conhecimento humanístico. Da mesma maneira, se tomarmos de exemplo a medicina, não é difícil admitir que as especializações tenham salvado inúmeras vidas ao longo desse percurso de obsessiva particularização cognitiva. Imaginemos por um só instante quantas vezes um obstetra, na sua especialidade, facilitou a gestação de mulheres que mereceram cuidados especiais jamais observados por um generalista. Vidas foram salvas. E, noutro campo, se não for possível atribuir-lhe direta responsabilidade pelo avanço da tecnologia da informação, seria da mesma maneira difícil desvincular a especialização da trajetória que nos conduziu até o atual estágio de desenvolvimento da tecnologia, culminando na era da informação, para usar a designação do sociólogo Manuel Castells (1999).

Se a manifestação da divisão do trabalho é bastante evidente na esfera da produção industrial e da organização de toda a economia, não obstante penetrou outras esferas das relações sociais, passando pela organização das cidades, das famílias e do Estado, entre outras, encontrando-se, como já dissemos também nas ciências. E é na especialização das inúmeras áreas e subáreas do conhecimento que a identificamos, embora se aponte uma ligeira distinção conceitual entre os dois conceitos (DICIONÁRIO, 1986).⁷

Conquanto seja irrecusável a contribuição da especialização na ciência, também é possível afirmar, e há muitos que concordam que ela tenha constrangido interpretações mais complexas e correlacionadas sobre o funcionamento das coisas e sobre os problemas globais, “cada vez mais essenciais” (MORAN, 2005). Assim, podemos responsabilizar essa divisão de

⁶ Desconhece-se nos manuais de sociologia no Brasil que a divisão social do trabalho seja interpretada nessa perspectiva de Durkheim. Com frequência, a divisão social do trabalho está associada ao efeito alienante que, segundo a teoria marxista, promove à condição de quem trabalha. Nas Ciências Sociais brasileiras os conceitos da obra de Émile Durkheim perderam prestígio nos últimos 50 anos (OLIVEIRA e WEISS, 2001), inclusive o da divisão social do trabalho. O conceito que o substituiu foi de cunho marxista. Então ao invés de se tentar compreender a divisão do trabalho social como um processo de diferenciação ou especialização na organização da vida social, o destaque foi dado ao conflito das classes sociais, entre capital e trabalho.

⁷ No Dicionário de Ciências Sociais da FGV o termo divisão do trabalho aparece relacionado às tarefas de indivíduos na organização econômica, enquanto o termo especialização tem sentido mais amplo, referindo-se a qualquer esfera social.

tarefas especializadas por desestimular a comunicação entre os operadores de tarefas, atomizando homens e mulheres. Nesse exato sentido é possível sim reconhecer o que Marx denominou de “alienação” dos homens no processo produtivo, isto é, a perda da capacidade de compreensão do todo como efeito dessa especialização. Na ciência, conquanto tenha viabilizado descobertas extraordinárias, impediu sinapses que resultassem compreensão ampliada da realidade. Em outras palavras, a especialização dos ramos do conhecimento, assim como a freqüente ausência de comunicação entre eles, ajudou a despolitizar o Mundo, a torná-lo mais aceitável, conquanto menos compreensível no seu todo. Nesse sentido, é possível compreender como, em geral, as esferas da economia, da política, do meio ambiente, da sociedade, da cultura e da ciência, como da filosofia, estiveram freqüentemente desconectadas, sem comunicação entre si, preocupadas muitas vezes com aspectos inerentes às suas próprias órbitas, sem perceber as relações de interdependência com outras esferas. Foram, de modo geral, as necessidades da sociedade tecnológica no século XX que difundiram e supervalorizaram o conhecimento técnico e especializado. As instituições de ensino, em geral, tenderam a negligenciar a formação crítica, voltada à compreensão do seu tempo, encerrando-se nas setorializações do conhecimento, formando cada vez mais o “especialista bárbaro” de Ortega y Gasset (1930).

Foram os riscos iminentes dessa falta de conexão das especialidades que promoveram a percepção sobre a necessidade de transformações de rumo oposto a essa fragmentação. Ainda que limitássemos a nossa análise à esfera econômica da vida dos homens, já seria suficiente perceber a profundidade dessas alterações entre a configuração do modo de produção e do mercado durante o século XX e o século atual. Durante a maior parte do século XX, a produção em massa possibilitada pela divisão fordista e taylorista proporcionou a multiplicação do acesso de consumidores. Essa multiplicação foi baseada, sobretudo, na produção em série de produtos iguais a grande maioria dos consumidores. O sucesso desse modelo residiu, em boa monta, na capacidade de uniformização comportamental do sistema social. Acontece que na maior parte do século passado foi muito maior a homogeneidade comportamental de cidadãos e consumidores. É fato que as formas de organização social, historicamente, são marcadas por sistemas ideológicos que permitem controle e certa homogeneidade de comportamentos. Nesse sentido, o norte da tradição sempre conformou sociedades e comportamentos. Mesmo com o advento da comunicação de massa, a padronização de comportamentos, crenças e preferências foi, em geral, possível na maior parte das sociedades durante o século XX.

Todavia, ao longo da segunda metade do século XX, sobretudo, ocorreu um progressivo e ininterrupto processo de complexificação das escolhas humanas, a partir do impulso da democratização e, na seqüência, da amplificação das redes de comunicação. Com isso, desencadeou-se um continuum de liberação de comportamentos, de gostos e de escolhas para as quais o mercado teve de estar atento. Afinal, homens e mulheres na condição de cidadãos livres

e informados nunca deixaram de ser ao mesmo tempo consumidores cada vez mais livres e exigentes. Conscientes de suas individualidades passaram a exigir também do mercado a observância à diversidade, às peculiaridades e até mesmo excentricidades de uma sociedade denominada pós-moderna.

Não obstante, é na mesma medida e intensidade que verificamos a indispensabilidade dessa sinergia na esfera da política. Na linha do cientista político Joan Prats i Catalá [1998], é importante considerar a advertência da “*Management Development and Governance Division*”, um departamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud. A partir do preposto do desenvolvimento humano sustentável, a governança passa a ser pensada do ponto de vista de uma “estratégia integral, na qual os aspectos econômicos, políticos, sociais e ambientais da governabilidade tornam-se inseparáveis e interdependentes” (Ib., 276). Evidentemente, isto está relacionado à necessidade de uma aproximação das especialidades, para a promoção de sinergias que permitam sinapses e ações conjuntas que não seriam possíveis na fragmentação cognitiva predominante durante a maior parte do século XX. Mas, porque isso vem sendo dito a mais de uma década por autores de várias áreas, desde a educação, passando pela economia política e outras ciências sociais, sendo inclusive perceptível no campo da administração? Parece simples respondê-lo nesse estágio das coisas: é que a independência com que as áreas do conhecimento trabalharam hegemonicamente no século passado, aliada à falta de diálogos políticos nacionais e internacionais, pôs em risco a própria sobrevivência da espécie humana. Quando o alarme do grande ecossistema planetário começou a soar, é que nos demos conta de que os objetivos dos agentes econômicos e dos governos nem sempre eram compatíveis com o princípio elementar da preservação da vida. Por consequência disso, e pelo processo ocidental de democratização crescente, inclusive do acesso à informação pela infovia, o ponto de convergência do sistema de organização da política e da economia desloca-se progressiva e irresistivelmente para os interesses vitais do ser humano, relegando finalmente a economia ao papel de meio. Não obstante, a competição exacerbada estimulada durante o século XX, principalmente nas organizações privadas, e não apenas entre elas, mas no interior delas, criou inúmeras situações de desvantagem, no longo e no curto prazo. São recorrentes, como já sugerimos, os apelos ao novo e urgente perfil esperado dos líderes das organizações no século XXI. Quando aspectos como o diálogo, a cooperação e a capacidade de lidar com outros seres humanos são colocados e especializadas, e quando principalmente o aspecto da capacidade política de agregar pessoas se torna mais importante que esse conhecimento especializado, então devemos mesmo estar diante de uma alteração no ranking de valores e procedimentos no interior das organizações da esfera da economia, que afinal de contas tem sido desde a muito o combustível da sociedade humana, predominantemente. Não deixa de ser oportuno, inclusive, observar que o caráter da diversidade no mercado, similar à condição humana na democracia liberal, tem exigido não o fim das especializações, mas a formação interdisciplinar de muitos

agentes produtivos, especialmente na administração organizacional, no mundo da indústria, do comércio e dos serviços. Ali, enquanto a especialização permite o aprofundamento cognitivo, servindo para aperfeiçoar técnicas, eficácia de produtos e serviços, o conhecimento interdisciplinar determina em grande proporção o mesmo resultado. A vantagem é que a conexão entre áreas diferentes como a filosofia, a literatura e a música no interior do processo produtivo amplifica as possibilidades de inovação, mais do que nunca a voga da economia globalizada.

Sem impeditivo, é absolutamente notável a frequência com que o apelo à ética nas organizações se revela no mundo corporativo. Claro esteja desde já, não nos referimos à denominada “ética profissional”, que raro representa algo mais que um código corporativo de conduta, pouco capaz de ocultar os verdadeiros objetivos, quais sejam, aqueles em defesa dos interesses profissionais. Os procedimentos ilegais e imorais estimulados com muita frequência pelos próprios dirigentes empresariais em nome da competitividade revelaram-se por fim mais prejudiciais do que eficazes nos escritórios. Da mesma maneira, a corrupção parece incomodar cada vez mais o mundo produtivo e também dos governos. Nessa direção, cabe lembrar que o Brasil ocupa, segundo a Transparência Internacional, apenas a 75ª posição no ranking do índice de percepção da corrupção em 2009, e onde o custo total da corrupção por transação estaria entre 15% e 20%, segundo o cientista político Kurt Weyland (2010), da Universidade do Texas. Por conta disso, pressupostos em torno da ética, do diálogo e da cooperação nas organizações vem se tornando coqueluches, algo impensável há duas décadas.

2. A contemporaneidade e a exigência da revalorização das ciências humanas.

A partir das perspectivas acima apontadas, constata-se que se tornou lugar comum nos discursos de analistas sociais, empresários, economistas, administradores, educadores, comunicadores entre outros, partirem do pressuposto de que o mundo em que vivemos caracteriza-se pela complexidade das relações nas quais se move a vida de bilhões de seres humanos na cotidianidade. O pressuposto é válido, mesmo que não represente novidade, se levarmos em consideração que aquilo que chamamos de mundo sempre se constituiu a partir das relações e interações, que os seres humanos estabelecem entre si a milhares de anos como condição de luta pela sobrevivência, de busca de melhores perspectivas de vida e felicidade.

Neste sentido, nos diversos contextos relacionais que se constituíram como totalidade de mundo, de sentido e finalidade existencial, os seres humanos foram desafiados a responder e a constituir relações políticas, econômicas, sociais e culturais específicas, que acomodassem suas expectativas vitais. Ou seja, a constituição de um *kosmo*, de uma determinada ordem que justificasse a primazia da vida humana diante do conjunto da vida natural que se apresenta em seu entorno, e que em grande medida, permanece presa às necessidades cegas da natureza.

Sob esta perspectiva, o mundo que se constitui neste primeiro decênio do terceiro milênio da civilização ocidental é o resultado de relações e interações humanas nas mais diversas esferas da vida social, constituídas ao longo dos séculos XIX e XX. Talvez se possa dizer que, nesses últimos 200 anos, alcançamos um grau de complexidade civilizatório jamais presenciado em outros contextos de mundo que nos antecederam. Quase a totalidade das tecnologias que são utilizadas e interferem em nossa forma de ser e estar no mundo em todas as esferas da vida social e individual, foram desenvolvidas neste período.

De meados do século XIX aos nossos dias, convivemos com um mundo articulado em torno de uma racionalidade científica e técnica avassaladora e, que afirma em alto e bom tom que o que importa é fazer. Um recente *slogan* publicitário pertencente a uma empresa privada em educação superior é sintomático neste contexto: “Não basta saber, é preciso saber fazer”. É esta ênfase num saber técnico e excessivamente pragmático que foi denominado como “razão instrumental” por cientistas sociais e filósofos pertencentes à Escola de Frankfurt.

A razão instrumental caracteriza-se pelo esvaziamento da centralidade humana de seu próprio fazer. Ou seja, a ciência e a técnica tornaram-se um fim em si mesmo. Que se faça tudo o que cientificamente e tecnicamente for alcançado pelo engenho humano. “A execução técnica dispensa o debate e a justificativa ética”. Nesta mesma direção, também a economia tornou-se um fim em si mesmo que, globalizada, financeirizada, suprime fronteiras, povos e suas especificidades culturais, dispensa massas de trabalhadores, determina quem obterá cidadania global pela sua capacidade de produção e consumo, e quem não terá acesso e direito a esta cidadania.

O homem contemporâneo é aquele que necessita cada vez mais desenvolver sua capacidade reflexiva diante do contexto social a sua volta. A complexidade com que os fatos se estruturam numa sociedade que se globaliza, se mundializa, exige que os indivíduos que pretendem se inserir e ter êxito neste meio alavanquem dentre seus potenciais o entendimento das realidades sociais, econômicas, políticas e culturais. Diante disso, é necessário entendermos esta nossa modernidade reflexiva (GIDDENS, 1997), onde nossas práticas são a todo momento reexaminadas a luz de novas informações e transformações, que ocorrem, sendo estas práticas ganhando novo caráter a cada momento, com mais frequência do que em sociedades tradicionais. (idem) Portanto, precisamos ser agentes potencializados a compreender estes momentos de transformação de nossas práticas sociais e os processos que vão além delas, chegando aos patamares estruturais da sociedade.

O conhecimento científico interdisciplinar nos dá um caminho para este entendimento reflexivo. Principalmente, no que tange as humanidades. Este conhecimento eleva nossa razão reflexiva, nossa crítica, nossa capacidade de homens pensantes, numa oposição aos princípios instrumentais da racionalidade. Este início de século XXI nos pede a retomada dos saberes humanos em interação para compreensão da própria condição humana. É claro que não

retomaremos aqui à noção de “saber sobre tudo para sobre nada saber” que dominou outras épocas da história humana. As especializações são fundamentais neste processo, a distinção entre os campos científicos deve ser demarcada. Mas não se deve perder o sentido de que da interação que forma delas um saber em comum.

É diante destas complexidades e desafios que constitui nosso mundo, que se constata o crescente anseio por uma visão e ação, na política, na economia, na educação e na cultura, fundada numa racionalidade que tenha como pressuposto a centralidade da condição humana. O homem é um fim em si mesmo, e a ciência, a técnica e a economia somente se justificam se estiverem a serviço do mundo humano. Empresas, empreendimentos públicos e privados comprometidos com os desafios contemporâneos, apontam para a necessidade de contratação de profissionais que tenham uma consistente formação humanista, para além de sua formação técnica específica. Capacidade de interpretação, reflexão, análise e compreensão da dinâmica social em curso é condição *sine qua non* para o exercício profissional bem sucedido. O desenvolvimento destas potencialidades humanas é a espinha dorsal na formação profissional dos homens e das mulheres que tem e terão o desafio de renovar o mundo em cada uma de suas decisões. Decisões que pela centralidade da dimensão humana são por excelência éticas e políticas, as quais devem estar submetidas às pretensões científicas e sua conseqüente realização técnica.

3. Diálogo Interdisciplinar entre as ciências humanas, naturais e exatas.

Os tempos em que vivemos são desafiadores. São tempos que nos exigem empenho, dedicação, capacidade de observação e aprendizado rápido nos mais variados campos da atividade humana. Esta situação, marcada pela complexidade das relações que se estabelecem na “compressão do tempo e do espaço” contemporâneo, segundo o que aponta David Harvey [1999] em sua obra “Condição Pós-moderna”, adentra pela universidade, no meio acadêmico, científico e intelectual. A velocidade com que se apresentam as mudanças em nosso dia-a-dia solicita conhecimentos específicos, consistentes, lógicos, sistemáticos, que dêem garantias mínimas em torno das escolhas que são feitas na vida privada, bem como na vida pública. Diante deste horizonte civilizatório é possível vislumbrar, no mínimo, duas perspectivas epistemológicas. A primeira é o posicionamento que aposta na subdivisão e especialização da ciência em suas mais diversas áreas de atuação, sejam elas as ciências exatas e naturais, sejam as humanidades. A especialização procura responder, senão solucionar, através do aprofundamento técnico-científico, as mais diversas situações que se apresentam na cotidianidade existencial de nossas sociedades. Multiplicam-se os ramos de abordagem científica em torno de um mesmo objeto, ou seja, cada vez têm-se mais especialistas para um problema cada vez menor. “Resultado: hoje, é simplesmente impossível alguém dominar o

conhecimento em extensão e em profundidade, qualquer que seja a área do conhecimento” (DOMINGUES, 2010, p. 6).

Evidentemente existem vantagens significativas nesta postura, marcada pela hegemonia da especialização tecno-científica, podendo-se citar entre elas: 1) o conhecimento aprofundado em torno de um aspecto do problema; 2) a rapidez no diagnóstico e conseqüentemente no prognóstico do problema; 3) o aumento significativo das chances de sucesso nas decisões tomadas; e 4) a possibilidade de mudanças na trajetória do tratamento conferido ao problema. Porém é necessário que se reconheça que existem efeitos colaterais neste posicionamento, como por exemplo: 1) a fragmentação excessiva do objeto e a perda da visão de sua totalidade; 2) a ausência de diálogo entre as diversas fronteiras do conhecimento humano; 3) equívocos de soluções particularizadas que desconhecem o problema na sua totalidade, entre outros. Ivan Domingues reforça os resultados desse processo chamando atenção para três ordens de argumentos que evidenciam essas linhas de conseqüências:

1 – a perda da visão do todo: ninguém mais consegue visualizar o todo, em razão da ultra fragmentação e da hiper-especialização do saber; 2 – a impressão de falta de relevância e de perda de densidade, em razão da expansão horizontal e vertical do conhecimento, redundando na multiplicação de subáreas e sub-disciplinas em que imperam o conhecimento do detalhe e o especialista do pormenor, cujo resultado é o paradoxo de Bertrand Russell: indivíduo que sabe tudo de nada, como nos casos do especialista da libélula do cerrado ou da borboleta azul da mata atlântica; 3 – o fim e o caso tanto do intelectual generalista que sabia de tudo um pouco e fornecia a grande suma do saber (como Descartes e Kant) quanto do perito e do especialista que hoje não consegue mais dar conta do que se passa no interior de seu campo de especialidade (...). (DOMINGUES, 2010, p. 8).

A outra postura epistemológica, que vem se apresentando neste cenário nos últimos tempos, é a possibilidade do diálogo interdisciplinar entre os diversos campos do conhecimento humano e científico. A proposta interdisciplinar propõe, às diversas ciências ou campos do conhecimento humano, o diálogo em torno de um mesmo objeto, na busca de uma visão o mais global possível do objeto em estudo e análise. Mantendo suas especificidades as diversas áreas do conhecimento humano têm a possibilidade de se colocarem em diálogo na apreensão do objeto de estudo. Esta postura poderá aumentar as possibilidades de êxito em seus posicionamentos teóricos e práticos, na medida em que a tomada de decisões, passa a ser amparada pelo maior espectro possível de variáveis explicativas. Nesse sentido, é importante direcionar os esforços científicos para a convergência interdisciplinar. Nesta perspectiva, Só esta convergência poderá fazer com que as diversas ciências do homem tornem-se ciências humanas (GUSDORF, 1984).

A partir deste pressuposto é preciso ter presente, que não há um conceito de interdisciplinaridade definido. Afirmar a existência de um conceito de interdisciplinaridade seria ter como premissa a consolidação de um conjunto de práticas de investigação e pesquisa estruturadas e alicerçadas em cânones científicos claramente determinados. A inexistência de

um conceito de interdisciplinaridade, implica na necessidade de concebê-la como é uma postura epistemológica por parte de pesquisadores das mais diversas áreas que se abrem ao diálogo, a partir da percepção de que as transformações e os avanços nos mais diversos campos científicos complexificam e tornam híbridos os objetos em torno dos quais se movem.

Cada vez mais as fronteiras disciplinares a partir das quais o conhecimento científico ocidental se constituiu, enfrentam dificuldades de interpretação e análise de realidades conceituais múltiplas, híbridas. A título de exemplo: tome-se o conceito de vida, que se caracteriza pela transição entre uma realidade material de ordem biológica, fisiológica, físico-química e, ao mesmo tempo uma realidade imaterial, que toma a vida como uma manifestação espaço-temporal, teleologicamente orientada e, também teologicamente articulada. O caráter híbrido deste conceito, reside no fato de que o enfoque imaterial conferido à vida implica nas formas materiais de investigação e intervenção sobre a vida e, o inverso também se apresenta como verdadeiro, fazendo como que áreas disciplinares e campos conceituais se aproximem, ou mesmo se fundem formando até mesmo novas ciências.

Hoje, resultando das evoluções do pensamento científico, das novas perspectivas criadas pelos progressos técnicos, as sociedades de cultura “ocidental” passam mais uma vez por um transtorno das categorias conceituais, um desabamento das fronteiras semânticas utilizadas durante séculos para pensar o ser humano, nas suas relações consigo mesmo, com a matéria, com a natureza. (RAYNAUT, 2011, p. 75)

Diante do exposto, a interdisciplinaridade concebida como postura epistemológica de abertura ao diálogo, por parte dos diversos campos disciplinares transita no bojo de um tempo marcado pela complexidade da multiplicação de conhecimentos e saberes. O que pelo grau de especialização, exige e conforma novas realidades objetivas, marcadas para hibridez de sua condição, o que significa dizer que: “Longe de ser doutrina ou ideologia, a interdisciplinaridade se caracteriza por gerar constante dúvida e estar em permanente reconstrução.” (RAYNAUT, 2011, p. 69). O que está em jogo ao assumir uma postura interdisciplinar é num primeiro momento o reconhecimento que a cultura ocidental desde suas origens gregas, constitui-se como representação de mundo, permeada por uma visão dualista da realidade, que se expressa na visão de um mundo sensível em sua materialidade e, um mundo abstrato vinculado às idéias da razão. Ou seja, dualismos que se estabelecem entre homem e natureza, entre matéria e espírito, entre corpo e alma.

Na cultura ocidental, a separação radical, ontológica, entre o ser humano e o restante da natureza permanece no centro da representação do mundo e da relação com a natureza. Tanto para a religião judaico-cristã quanto para uma filosofia humanista, cujos argumentos são alheios a considerações religiosas, o ser humano, considerado em sua mente, assim como em seu corpo, beneficia-se de um estatuto particular irredutível àquele de qualquer outro ser vivo. (RAYNAUT, 2011, p. 76/77).

Esta representação de mundo dualista se manifestou na modernidade em toda sua potencialidade através do desenvolvimento da ciência em suas três variáveis constitutivas: exatas, naturais e humanas, sendo que as ciências exatas, por trabalharem com padrões geométricos abstratos, aplicáveis sobre os corpos materiais empíricos permitiram e permitem ao homem a intervenção sobre a natureza, controlando-a, modificando-a de acordo com as necessidades humanas. Este modelo abstrato, lógico, sistemático e objetivo, aplicável sobre o mundo material, característicos das ciências exatas inspirou os esforços humanos de constituição das ciências naturais, que por sua vez inspiraram as pretensões de constituição das ciências humanas. Campos disciplinares se multiplicaram dividindo, fragmentando, separando objetos materiais e imateriais, objetos físicos, naturais e humanos, cada qual com a pretensão de afirmar a verdade de seu campo conceitual.

O que os nossos tempos, herdeiro dos acúmulos de conhecimentos e saberes disciplinares modernos, nos mostra recorrentemente é a necessidade urgente de unir esforços disciplinares em torno de determinados problemas e objetos, que não se deixam mais apreender nos esquemas conceituais e representacionais nos quais a ciência moderna se movia. Portanto, a interdisciplinaridade não se apresenta com a pretensão de supressão das disciplinas, dos campos disciplinares, mas como uma oportunidade de:

(...) reflexão epistemológica que permita conduzir uma crítica do processo de construção do conhecimento científico, que evidencie as conexões, as correspondências existentes entre fatos ordenados e campos disciplinares distintos. São necessários conceitos que possibilitem identificar e apreender os objetos científicos híbridos, que se encontram em uma realidade profundamente modelada pela ação humana. É preciso possuir esse referencial conceitual para poder lançar pontes entre os territórios até então estanques das disciplinas (Paul, 2005). (...) antes de abater as fronteiras disciplinares é preciso, mais modestamente, tentar tornar possível o diálogo e a colaboração entre as disciplinas tal como existem, sem colocar em questão, logo de início, suas fundamentações teóricas e metodológicas. (RAYNAUT, 2011, p. 87).

Tendo em vista a realidade destes novos tempos e os desafios que se apresentam, constata-se a necessidade de articular em torno do diálogo interdisciplinar as mais diversas áreas do conhecimento humano e suas especialidades com as ciências humanas. As ciências humanas, aqui compreendidas a filosofia, a sociologia, antropologia, a ciência política, a arte, a educação e a psicologia, configurando também o que se pode chamar o campo das humanidades. Diferentemente das ciências exatas e naturais, as ciências humanas resultam no século XIX e XX do esforço civilizatório ocidental em responder as questões que implicam a condição humana em cada contexto de mundo. Desta forma, o seu arcabouço teórico e conceitual remonta as origens mais remotas da condição humana e seus questionamentos sobre o mundo, a natureza e sobre si mesmo. Nessa direção, o filósofo Janine Ribeiro sugere que

As humanidades não têm essa validade priorizada no presente. Seu *corpus* constitui um *patrimônio*, o que não teria sentido para as ciências: tudo o que nelas se produziu

continua dotado de validade. Sua história não é um processo de perda (do que é refutado ou contestado) e de progresso (pelo qual o moderno se mostra superior ao antigo): é uma história concebida como patrimônio – embora isso, deve ficar claro, não signifique que seja estática ou mantenha, com o passado, relações de reverência. (RIBEIRO, 2001, p. 35).

Outra característica potencializadora do diálogo interdisciplinar entre as ciências exatas, naturais e humanas, está no fato de que as últimas se apresentam desvinculadas da necessidade imperativa e pragmática de apresentar resultados imediatos ao mercado, à dinâmica e aos interesses econômicos em curso. Isto não significa que elas estejam dispensadas de apresentar os resultados teórico/conceituais derivados de suas investigações, mas, outrossim, esta condição permite que o olhar das ciências humanas sobre seus objetos de investigação ampliem e aprofundem seu campo de visão, relativizando “(...) certos conceitos-chave das ciências, em especial os ligados à verdade, a imparcialidade, por um lado, e à eficiência tecnológica, por outro (RIBEIRO, 2001, p. 35).

Sob todos estes aspectos, o diálogo interdisciplinar entre as diversas áreas das ciências exatas e naturais com as ciências humanas apresenta a sua urgência e necessidade no contexto desafiador de mundo que se abre na aurora do século XXI. Para além de uma pretensa supressão das especialidades, o que está em jogo nesta proposta é a dinâmica experimental emergente do entrecruzamento das diversas áreas do conhecimento humano. Tal perspectiva epistemológica, pode permitir através de uma condição dialógica, ampliando as condições de possibilidade de questionamento, de revitalização do mundo, que desafia cotidianamente a mulheres e homens de ciências em suas pesquisas e, consequentemente em seus impactos na qualidade de vida de povos, na dinamicidade de culturas que compõem a diversidade do mundo na atualidade.

4. A universidade e o diálogo interdisciplinar entre as ciências humanas, naturais e exatas.

Aristóteles (384-322 a.C) inicia sua principal obra, “A Metafísica”, com a seguinte frase: “Todos os homens tem naturalmente o desejo de conhecer”. Pode-se atribuir várias interpretações a esta premissa aristotélica, mas para efeitos de nosso objeto de estudo, duas possíveis interpretações assumem importância capital. A primeira interpretação possível é a perspectiva de Aristóteles procurar estabelecer, entre outras diferenças, a razão como condição diferencial entre ser humano e natureza, entre homem e animal. Não desconhecemos também outras perspectivas apontadas por Aristóteles, entre elas o fato de o homem ser um animal político, portador de linguagem.

Outra possibilidade interpretativa da premissa aristotélica, parte da perspectiva de que Aristóteles profundo conhecedor dos filósofos pré-socráticos, dos sofistas, de Sócrates e de Platão, de quem foi discípulo por longos vinte anos, constatou o esforço humano desde a aurora da civilização ocidental, na busca do conhecimento entorno do mundo e dos homens, em suas relações éticas e políticas. A busca do conhecimento era condição necessária no sentido de afastar-se das meras opiniões, das explicações míticas sobre o mundo e sobre a existência. A invenção da razão, em suas articulações lógicas e metodológicas, como condição de acesso ao conhecimento, é mérito dos gregos. A razão surge e se estabelece em decorrência da lenta e gradual falência do discurso mitológico que fundava a visão de mundo dos gregos. A partir do momento em que os mitos não respondem mais satisfatoriamente às exigências do conhecimento humano, a razão se torna a condição *sine qua non* do posicionamento do homem diante do cosmos, da vida, da interpretação da multiplicidade vital que se lhe apresenta no mundo.

Neste contexto, cabe à razão a busca do conhecimento do cosmos, da ordem dos corpos celestes e a possibilidade de transplantar esta ordem na *polis*. Na medida em que o homem grego se afasta dos relatos míticos, das credices, das meras opiniões e ascende ao conhecimento lógico, racional, sistemático, suas possibilidades de transpor a ordem cosmológica para o plano da *polis* se apresentam necessárias. É nessa perspectiva que a civilização ocidental nasce em praça pública, local por excelência do discurso racional, lógico e sistemático em torno das questões políticas, éticas e estéticas que envolviam os interesses dos cidadãos. Portanto, é nos primórdios da civilização ocidental que encontramos a gênese daquilo que séculos mais tarde denominou-se universidade. E ainda poderíamos atribuir a Platão a paternidade civilizatória desta instituição, na medida em que em 387 a.C. ele fundou sua escola filosófica, intitulada de Academia. Segundo Batista Mondim:

A fundação desta instituição é o fato mais importante da vida de Platão e um dos mais importantes acontecimentos da história da ciência. A academia é, com efeito, a primeira universidade, sendo a estrutura de seu programa constituída pela matemática e pela geometria. (...). A Academia não tardou a dar ótimos resultados: forneceu à Grécia uma série de grandes matemáticos e espíritos organizadores e imprimiu à matemática e a geometria um enorme desenvolvimento. Durante séculos, a Academia foi um centro de atração para todos os estudiosos. (MONDIM, 1986, p. 56).

A gênese da universidade medieval se situa a partir de três variáveis. Na primeira, através do esforço da Igreja em manter, estudar e interpretar a partir das luzes da fé os textos filosóficos do mundo antigo. Estes estudos especializados se desenvolvem nos mosteiros, que entre outras coisas reproduzia certas obras através dos monges copistas. Uma segunda variável, também desenvolvida pela Igreja, tinha relação com o esforço de evangelização. São as chamadas escolas catequéticas que funcionavam junto às igrejas, dedicadas aos ensinamentos da fé católica aos cristãos. E a terceira variável pode ser identificada no surgimento de grandes

mestres que zelavam pelo conhecimento, ou por uma área de conhecimento, em que eram reconhecidos na medida em que reuniam em torno de si um número considerável de pessoas interessadas no aprendizado dos saberes pesquisados, interpretados e desenvolvidos pelo mestre. Com o passar dos tempos, alguns destes mestres se destacam e ganham notoriedade, atraindo interessados e estudiosos de diversas regiões da Europa.

Na medida da notoriedade crescente destes mestres e livres docentes, editos imperiais e papais reconhecem juridicamente essa atividade intelectual, institucionalizando-a. Surgem assim, as primeiras universidades no mundo medieval, como centros de excelência na preservação e desenvolvimento do conhecimento, abençoadas por um lado pela Igreja Católica, com sua apurada percepção da importância do domínio do conhecimento como condição de manutenção das relações de poder, e por outro lado, pelos estados imperiais como forma de responder às crescentes demandas de uma dinâmica social burguesa e capitalista nascentes.

As escolas medievais abrangem, pois três tipos: a) episcopais ou capitulares junto às catedrais; b) monásticas ou abaciais; c) palatinas (escolas de palácios ou de corte). (...). A partir da segunda metade do século XII, Paris reuniu as melhores inteligências do tempo, tornando-se o maior centro cultural do Ocidente. É aí que, no início do século XIII, nasceu o primeiro núcleo da “*universitas magistrorum et scholarium*”, constituído pela escola episcopal de Nôtre Dame. Depois seguiram as universidades de Oxford (1214) Bolonha (1219), Nápoles (1224), Montepellier (1239), Salamanca (1245) e Coimbra (1290). A denominação de universidade apareceu pela primeira vez num documento do papa Inocêncio III, dirigido, em 1208, ao *Scholarium*. No período de 1200 a 1400 fundaram-se 52 universidades na Europa, das quais as primeiras surgiram “*ex consuetudine*” como desenvolvimento quase natural das escolas anteriores, seguidas de outras “*ex privilégio*”, através de documentos dos reis e papas. (ZILLES, 1993, p. 19).

Na modernidade, mantendo sua identidade originária antiga e medieval, a universidade torna-se o *locus par excellence* da produção do conhecimento científico em seus diversos níveis de especialização. Sua universalização caminhou conjuntamente com disseminação e incorporação da racionalidade científica e técnica em todas as esferas do fazer humano, no campo da política, da economia e da cultura em geral. A partir destas perspectivas é possível constar que a universidade esteve ao longo de grande parte do processo civilizatório na vanguarda da produção das idéias e do conhecimento científico que impactaram as sociedades humanas.

Porém, esta condição de vanguarda, característica da universidade desde seus primórdios, sofreu alguns abalos na contemporaneidade, na medida de suas necessidades de sobrevivência, dependendo de especificidade, seja ela pública, fundacional, ou privada. Ou seja, diante das pressões da dinâmica de mercado na potenciação e maximização de uma determinada racionalidade economicista, a universidade abriu mão de seu papel de vanguarda na produção de ideais e conhecimentos, para atender as demandas da dinâmica mercadológica. Neste sentido, investiu esforços significativos na demanda por especialistas cada vez mais especializados num restrito campo do saber e fazer humano.

Argumento já anunciado nestas reflexões, se a especialização responde às necessidades de racionalização, otimização de recursos humanos, financeiros e materiais por um lado, por outro faz com que se restrinja a visão sobre a totalidade do mundo, da vida e da existência em seus desafios hodiernos. Ou seja, o conhecimento aprofundado, parcializado do objeto, traz consigo efeitos colaterais indesejáveis, que se materializam em decisões equivocadas, em prejuízos irrecuperáveis aos seres humanos, ao planeta, às organizações, enfim, à sociedade em sua dinâmica globalizada.

Portanto, urge à Universidade retomar seu papel de vanguarda no contexto dos desafios que se abrem neste novo milênio. Responder às questões antropológicas acima arroladas demanda a capacidade de articulação dos mais diversos campos do saber humano que compõem o mundo acadêmico em suas potencialidades dialógicas. “Nosso tempo precisa de projetos novos, que procurem destacar os nós em que nos sentimos travados e liberar as energias que se vêem represadas” (RIBEIRO, 2001, p. 28).

Nesta perspectiva, urge à universidade voltar a ser o *locus* privilegiado da experiência na elaboração e produção do conhecimento, já que “(...) o mundo está em intensa mudança e é preciso abrir mais espaços de experimentação” (Id. Ibid: 12). Experimentar significa tomar o conhecimento humano como algo provisório, que necessita ser submetido a testes, que necessita transitar dialogicamente entre as diversas áreas do conhecimento como condição de verificabilidade, viabilidade e eticidade. Esta condição experimental do conhecimento provém das demandas antropológicas que se impõem neste início de século XXI. Homens e mulheres necessitam reposicionar suas perguntas com condição do estabelecimento de horizonte de sentido e finalidade existencial, e isto exige outro modelo de universidade.

Um modelo único de universidade, ou mesmo *qualquer* modelo de universidade dificilmente dará conta deste nosso período em que se romperam os referentes – o que gera duas conseqüências: primeira, uma intensa angústia ante o desenraizamento em que nos vemos lançados; segunda, uma enorme liberdade de invenção para rumos ou ideais que podem até prescindir do *pedigree* conceitual que tantas vezes se exigiu, quando se queria – ou ainda se quer – legitimar uma proposta nova enraizando-a no velho, no tradicional, no já aceito. (RIBEIRO, 2001, p. 13).

Talvez estejamos no limiar de um tempo que nos permite constatar que não cabe à universidade manter-se a serviço da dinâmica de mercado, fornecendo-lhe mão-de-obra especializada. Nessa perspectiva, “(...) já se pensou que um curso seria tanto mais moderno quanto mais ouvisse o mercado de trabalho. Daí que em alguns cursos, se simulasse a atmosfera da empresa na qual os alunos iriam trabalhar, uma vez formados.” (RIBEIRO, 2001, p. 14). Mas vários equívocos se apresentam nesta postura subserviente assumida pela universidade no espírito de uma época. O primeiro e talvez o mais significativo, neste contexto, é o fato de a universidade abrir mão de seu protagonismo de vanguarda na produção do conhecimento. Decorrente desta condição é o fato de o mercado e das empresas em sua dinamicidade

modificar-se constantemente, exigindo novos perfis profissionais. “Clonar o mercado, dizia, é inútil. Tentando-o, a universidade fará mal o que a empresa – no meu exemplo, um jornal fará *melhor*, em termos de ensinar rotinas e técnicas. (RIBEIRO, 2001, p. 15).

Num mundo em constante mudança, é inútil a universidade pretender atender as demandas de mercado. Não há garantias de empregabilidade estável e segura como em outros tempos. Não há a mínima condição de previsibilidade de quais serão as profissões rentáveis e estratégicas no horizonte de um futuro próximo. Neste cenário, o que a universidade pode e, é desejável que faça é conferir consistência à formação humana e técnica do acadêmico. Possibilitando-lhe uma sólida capacidade de reflexão e análise do contexto de mundo em que está inserido e, quais suas implicações sobre a totalidade de sua existência. E, esta base conceitual e analítica somente pode ser articulada a partir do diálogo interdisciplinar com as ciências humanas.

Nessa direção, é preciso distinguir as demandas corriqueiras do mercado pela profissionalização técnica daquilo que poderíamos chamar de suas demandas pela formação intelectual. Em outras palavras, não se trata de negar ao mercado o atendimento às suas necessidades de conhecimento técnico que orientem e sirvam às necessidades da divisão do trabalho. O que, no entanto, não cabe é submeter os desígnios da universidade à miopia do mercado, cujas próprias correções de rumo dependem de um conhecimento necessariamente crítico às suas contradições. E, nesse aspecto, paralelamente às demandas pela especialização, o mercado requer das universidades uma oferta de conhecimento intelectual que, como já dissemos no início deste texto, é cada vez mais reconhecida pelos analistas do mercado. Naturalmente, as razões que apontam para mudanças radicais na formação que os ambientes produtivos, muito mais que os políticos, demandam crescentemente de seus operadores, precisam ser compreendidas, bastando, por ora, sugerir a convergência interdisciplinar em busca de respostas.

O diálogo interdisciplinar com as Ciências Humanas possibilitará às outras áreas envolvidas o desenvolvimento de três habilidades imprescindíveis no contexto de mundo que se abre nestes momentos áureos do século XXI, quais sejam: 1] a capacidade de formular questionamentos estratégicos e fundamentais em torno dos objetos de pesquisa que se apresentam; 2] a capacidade de promover pesquisa de qualidade, intimamente vinculada à qualidade e centralidade dos questionamentos que as movem, e de serem estas condições devidamente potencializadas no intercâmbio interdisciplinar entre as ciências exatas, naturais e humanas; e 3] a capacidade, senão honestidade, de dar-se conta de que não é possível nem desejável propor uma visão completa, harmônica, utópica sobre as coisas, sobre o mundo e as sociedades humanas. Ou seja, é preciso permitir ao acadêmico constatar a transitoriedade dos saberes e dos conceitos humanos, procurando evitar o estabelecimento de máximas ou verdades

cujos custos para o mundo humano já foram vivenciados nas duas grandes guerras do século XX, entre outras experiências.

Sendo assim, não há como as universidades serem universidades, na sua essência, sem ter as humanidades (ciências humanas e filosofia) nas suas estruturas de ensino, pesquisa e extensão. Isto é imprescindível devido à condição que as Humanidades dão ao pensamento, a reflexão, a criação, a crítica que a Universidade deve construir sobre o contexto em que ela se insere e sobre ela mesma. Ser universidade é ser uma instituição social. Há tempos vários cientistas sociais e filósofos constataram esta condição. Porém, nem todos aqueles que convivem com a universidade tomam consciências sobre isso. Uma instituição social vai além de seus objetivos e metas administrativas a serem atingidos, como é o caso de uma organização social. Ser instituição social é alcançar a universalidade, isso significa que a sociedade é sua base (CHAUÍ, 2001). Desde suas origens, seus compromissos com meio social fazem parte da sua história. Por isso, no exercício da função de instituição social, as ciências humanas e a filosofia são imprescindíveis às universidades.

O conhecimento, as reflexões, ações e ideias e criatividade desenvolvidas nas Humanidades marcam o “espírito universitário”. Trata-se de um modo de ser e de se viver nestas instituições sociais que vai além das funções burocráticas que qualquer organização de ensino superior deve cumprir. Uma universidade com espírito, portanto com a contribuição das humanidades, forma mais que simples diplomados e profissionais, mas também cientistas, pensadores, intelectuais, enfim, atores fundamentais no desenvolvimento de uma sociedade.

5. Ao modo de Conclusão

Ora, sob os argumentos aqui arrolados e tantos outros que poderiam aqui ser apresentados, investir num mestrado interdisciplinar em ciências humanas e sociais representa a qualquer universidade a tarefa de assumir sua condição de protagonista num contexto de profundas e rápidas transformações. Significa assumir a vanguarda em torno dos questionamentos que se apresentam no limiar dos novos tempos que se avizinham, revendo seus próprios conceitos, suas estruturas excessivamente departamentalizadas, oferecendo à homens e mulheres deste novo milênio a condição da experiência, da valorização das diferenças e do diálogo como condição de enfrentar os desafios na construção do mundo que vem a cada novo instante.

Não obstante, nos parece importante ressaltar que a presente proposta é, entre tudo, o resultado de um ambiente acadêmico dinâmico que a Universidade do Contestado tem proporcionado à sua comunidade interna, com reverberação regional. Nessa direção, observa-se a amplificação do debate e das discussões, como também da iniciativa científica através de recorrentes projetos de pesquisa, de produção técnica em radiodifusão educativa e da produção

jornalística voltada à reflexão intelectual, envolvendo professores pesquisadores e alunos do Grupo de Pesquisa em Descentralização e Federalismo. Naturalmente cabe lembrar que a existência do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UnC, ao longo dos seus seis anos de existência, também suscitou inúmeras reflexões sobre a grande temática do desenvolvimento, muitas delas se desdobrando na convergência interdisciplinar que ajuda a explicar o seu segundo Projeto de *Strictu Sensu* que aqui se apresenta. Mas é, sobretudo, pelo crescimento do ambiente acadêmico institucional, e por uma demanda que se manifesta internamente por parte de professores e alunos, mas que também reverbera na comunidade regional, expressando-se por meio das demandas dos atores das organizações públicas e privadas, que a presente proposta se justifica.

E, finalmente, insistindo na relevância crescente da convergência interdisciplinar para as reflexões do mundo contemporâneo e da condição humana no presente século, estima-se que esta proposta não apenas atenda a uma necessidade regional, como pretende a sua inserção no universo acadêmico do conhecimento interdisciplinar brasileiro e internacional.

Referências Bibliográficas:

- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)**. Tradução Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARENDT, Hannah. **A promessa da política**. Tradução Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Tradução de Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BECKER, Bertha & EGLER, Cláudio A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia do mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CASTELLS, Emanuel. **A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CATALÁ, Joan Pratsi. Governabilidade democrática na América Latina no final do século XX. In: PEREIRA, L.C.Bresser & SPINK, P. K. [orgs.]. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre universidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- CORTELLA, Mario Sérgio & MUSSAK, Eugênio. **Liderança em Foco**. Campinas: Papirus, 2009.
- CORTELLA, Mário Sérgio & RIBEIRO, Renato Janine. **Política: para não ser idiota**. Campinas: Papirus, 2010.
- DICIONÁRIO de Ciências Sociais/Fundação Getulio Vargas. Rio, Editora da FGV, 1986.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GALIMBERTI, Umberto. **Psiche e Techne: o homem na idade da técnica**. Tradução: José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 2006.

GASSET, Jose Ortega y. **A rebelião das massas**. Edição eletrônica: Ed Ridendo Castigat Mores (www.jahr.org). Tradução de Herrera Filho. Copyright, 1930.

_____. **Meditação sobre a técnica: Vicissitudes das ciências. Cacofonia na física**. Tradução e Prólogo de Luís Washington Vita. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano Limitada, 1963.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade Pós-Tradicional. In: BECK, U.; GIDDENS, A. ; LASH, S. (orgs). **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora Unesp. 1997, p. 73-134.

GUSDORF, Georges. **Para uma pesquisa interdisciplinar**. In: Diógenes, n. 7. Brasília: Editora da UnB, 1984. Páginas 25-44.

HAMEL, Gary & BREEN, Bill. **O futuro da administração**. São Paulo: Campus, 2007.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Tradução Adail Ubirajara sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

HEIDEGGER, Martin. **A questão da Técnica**. Tradução e apresentação de Marco Aurélio Werle. Cadernos de Tradução, n 2. DF/USP, pp. 40-93, 1997.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LONGHI, Armino José. **Ação educativa e agir comunicativo**. Caçador-SC, UnC e Curitiba-PR: Fundação Araucária, 2008.

LUCE, John Victor. **Curso de filosofia grega: do século VI a.C. ao Século III d.C.** Tradução, Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

MONDIN, Batista. **Curso de Filosofia**. Tradução do italiano de Benôni Lemos; revisão de João Bosco de Lavor Medeiros. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

OLIVEIRA, Márcio e WEISS, Raquel, (org.). **David Émile Durkheim: a atualidade de um clássico**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

RAYNAUT, Claude. INTERDISCIPLINARIDADE; mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção de conhecimentos. (In) JR, Arlindo Philippi; NETO, Antônio J. Silva. **INTERDISCIPLINARIDADE EM CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**. Barueri, SP: Manole, 2011.

RIBEIRO, Renato Janine (Org.). **Humanidades: um novo curso na USP**. Apresentação Ada Pellegrino Grinover. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

_____. **A universidade e a vida atual**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

WEYLAND, Kurt. A **ascensão das duas esquerdas da América Latina**. In: Revista América Economia, jan.2010, p.48.

ZILLES, Urbano. **Fé e razão no pensamento medieval**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993